



DO PONTO DE VISTA DO MORADOR: sentidos atribuídos às múltiplas instituições atuantes nas periferias urbanas

Ana Beraldo¹

Resumo

Com base em pesquisa etnográfica conduzida em uma favela de Belo Horizonte, este texto propõe uma reflexão acerca dos *significados* atribuídos pelos pobres urbanos à miríade de instituições e organizações com quem interagem em suas vidas cotidianas. Argumenta que, do ponto de vista dos moradores da favela, mais importante do que a divisão entre iniciativas estatais e extrastatais, é a divisão das instituições locais entre duas categorias nativas: os *projetos* (tidos como meios indiferenciados de simples obtenção de recursos) e as iniciativas que *fazem a diferença* (aquelas que se convertem em geração de renda e/ou valorização simbólica da identidade “favelada”). Conclui que para se pensar em políticas públicas que promovam o acesso à *cidadania*, é necessário se afastar da compreensão da pobreza como um problema de ordem técnica e retomar a abordagem política sobre a questão.

Palavras-chave: Periferias urbanas; instituições; projetos; cidadania; identidade.

FROM THE RESIDENT'S POINT OF VIEW: meanings attributed to the multiple institutions operating in the urban peripheries

Abstract

Based on ethnographic research conducted in a favela in Belo Horizonte, this paper proposes a reflection on the meanings attributed by the urban poor to the myriad of institutions and organizations with which they interact in their daily lives. It is argued that, from the point of view of favela residents, more important than the division between state and extra-state initiatives, is the division of local institutions between two native categories: the projects (taken as undifferentiated means of simply obtaining resources) and the initiatives that make a difference (those that turn into income generation and/or symbolic valorization of the “favela” identity). It concludes that in order to think of public policies that promote access to citizenship, it is necessary to move away from understanding poverty as a technical problem and resume the political approach on the issue.

Keywords: Urban margins; institutions; projects; citizenship; identity

Artigo recebido em: 01/07/2022 Aprovado em: 31/03/2023
DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v27n1.2023.23>

¹ Doutora em Sociologia (UFSCar). Pós-doutoranda na Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales na Universidad Nacional de San Martín (IDAES/UNSAM, Argentina), com bolsa do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET, Argentina), e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG). E-mail: anaberaldopsi@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

É característica comum às histórias coloniais o estabelecimento de distinções entre grupos populacionais, e a atribuição de diferentes graus de humanidade (ou desumanidade) a cada um deles. Autores dedicados ao estudo das formas de governo do chamado “Sul Global” têm argumentado que, em alguma medida, alguns desses processos de cisão e classificação hierárquica de estratos da população se reproduzem e se atualizam ao longo das trajetórias de muitas das ex-colônias, fazendo da desigualdade uma característica central e perene das dinâmicas societárias desses territórios ainda hoje (HANSEN; STEPPUTAT, 2001; MBEMBE, 2003). A desigualdade se manifesta no âmbito econômico, é claro, mas também em muitas outras esferas, como no acesso a direitos e à cidadania (FISCHER, 2008; HOLSTON, 1991, 2008).

Nesses cenários, especialmente nas classes empobrecidas latino-americanas, populações marginalizadas, na busca por alcançarem bens e serviços que a outros grupos são oferecidos enquanto direitos, engajam-se rotineiramente em uma multiplicidade de relações com atores das mais variadas naturezas: de políticas públicas estatais a Organizações Não Governamentais (ONGs), de igrejas a movimentos sociais, de organizações comunitárias a partidos políticos. Essa multiplicidade de iniciativas – caracterizadas por distintos objetivos, mentalidades e formas de atuação – produzem uma gama, também múltipla, de efeitos na população local. Esses efeitos podem ser mais ou menos profundos, mais ou menos transformadores, mais ou menos determinantes nas trajetórias daqueles que são por essas iniciativas atravessados.

Este texto parte de pesquisa etnográfica conduzida em uma favela de Belo Horizonte,¹ chamada aqui de Morro da Luz², para propor uma reflexão acerca dos *significados* atribuídos pelos pobres urbanos a essa miríade de atores, instituições e organizações com quem interagem em suas vidas cotidianas. Demonstro que, do ponto de vista dos moradores do Morro da Luz (e possivelmente de territórios semelhantes espalhados pelo Brasil e pela América Latina), mais importante do que a divisão entre iniciativas estatais e extrasetais, é a divisão entre duas categorias nativas primordiais de atribuição de sentido às instituições pelas quais circulam rotineiramente: os *projetos* (tidos como meios quase que totalmente indiferenciados de obtenção de recursos) e as iniciativas que *fazem a diferença* (aquelas que, em geral, implicam em um meio de produção de renda e/ou de valorização simbólica da própria identidade “favelada”).

O trabalho de campo que embasa o presente artigo consistiu primordialmente de visitas frequentes ao Morro da Luz (aproximadamente 3 a 4 vezes por semana) durante pouco mais de um ano (agosto de 2017 a setembro de 2018), embora tenha contado também com idas pontuais ao território entre abril e maio de 2019, com uma experiência prévia na favela iniciada ainda em 2011³, e com o acompanhamento de publicações de moradores e lideranças comunitárias nas redes sociais⁴ entre 2016 e 2020. O acesso ao campo foi facilitado por (mas não limitado a) alguns espaços estratégicos, dos quais destaco, para fins do presente artigo: 1- uma escola estadual; 2- um cursinho pré-vestibular comunitário; 3- um grupo cultural de promoção e divulgação de artistas moradores da favela; 4- dois Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)⁵; 5- um Centro de Saúde⁶; e 6- uma organização internacional missionária evangélica.

Em cada um desses espaços, fiz uma série de atividades que conformaram o que chamei de *etnografia criativa* (BERALDO, 2020), como a condução de grupos de conversa sobre a história do Morro da Luz; oficinas sobre o cotidiano do território; atividades de escrita sobre a experiência de se crescer na favela; observação das rotinas institucionais; conversas informais; entrevistas em profundidade com informantes-chave; e análise qualitativa de postagens nas redes sociais de alguns sujeitos de destaque na comunidade. Este trabalho se constrói em torno de narrativas e cenas colhidas no trabalho de campo⁷.

Início o artigo, na seção a seguir, com uma apresentação do que seria o *efeito de projeto* que identifiquei na etnografia. Mostro que algumas instituições presentes nas periferias atuam como (e são percebidas como) prestadores de serviços. Na perspectiva de quem as acessa, estes *projetos* são vistos como meios indiferenciados de obtenção de recursos. Destaco, em subseções, o fato de que estes organismos muitas vezes atuam a partir de uma visão do pobre como sujeito potencialmente perigoso cujo tempo de ócio deve ser reduzido ao mínimo possível; e de que existe uma hierarquização entre quem oferece e quem obtém recursos. Na seção seguinte, descrevo as iniciativas que são entendidas nativamente como aquelas que *fazem a diferença*. Nas subseções desta parte, mostro que essas iniciativas vão além da mera prestação de serviços característica dos *projetos* ao almejarem a construção de outras perspectivas de futuro para os participantes e colocarem a obtenção de renda pelos participantes como centro de suas ações. Por fim, sintetizo, em um quadro, alguns eixos que podem auxiliar na compreensão da classificação entre o que é entendido como *projeto* e o que é entendido como algo que *faz a diferença*. Na conclusão, retomo os principais achados e proponho uma reflexão acerca da (des)politização da pobreza e da desigualdade.

2 O EFEITO DE PROJETO

2.1 Tramas institucionais na busca por recursos

Soraia⁸ é uma mulher negra, de 35 anos, moradora do Morro da Luz desde que nasceu. Diferentemente do restante de sua família, que em geral é pouco escolarizada, Soraia é formada em Comunicação Social, e faz mestrado na área em uma instituição reconhecida da cidade. Muito ativa na cena cultural de Belo Horizonte, Soraia atua como curadora em um museu e dá cursos de fotografia e audiovisual. Suas atuações são muitas vezes centradas na realidade da população negra e/ou periférica. Soraia foi uma figura importante para a minha pesquisa, na medida em que me colocou em contato com uma série de diferentes atores da comunidade e com diversos movimentos sociais locais. Quase um ano depois de nos conhecermos, ela me concedeu uma entrevista. Em meio a um emaranhado de temas, lhe perguntei como ela via a relação da comunidade com instituições estatais como os CRAS, as escolas ou os Centros de Saúde, por exemplo. Soraia rapidamente respondeu que, em geral, se trata puramente de interlocuções entre prestadores de serviços e usuários que acessam esses serviços:

De clientelas. [...] Você vai lá e acessa um serviço porque você está numa situação vulnerável. Não é um espaço de organização, não é um espaço de formação, não é um espaço de emancipação. [...] Não tem qualquer perspectiva. A ideia é atender às demandas que são apresentadas, mas em nenhum momento se decide assim: “vamos trabalhar a questão de direitos”, “vamos trabalhar a questão da violência doméstica”. Atende como um paliativo. [...] Então, assim, não trabalha essa questão de uma formação para aquelas pessoas que elas denominam como “usuários”, clientela – usuário e não como sujeito de direito. (Entrevista com Soraia, moradora do Morro da Luz, maio de 2019, ênfases minhas).

Ainda que a afirmação de Soraia deva ser matizada (são muitas e diversas as atuações estatais no território), o que vi no trabalho de campo é que, de fato, existem organismos das mais variadas naturezas, estatais e extraestatais, que se centram no suprimento de demandas e necessidades pontuais, sem que haja uma proposta de intervenção mais profunda no território e nos sujeitos que ali habitam. Esse tipo de atuação parece estar embasado na compreensão de que a pobreza é um problema a ser solucionado por medidas técnicas. Essa redução da pobreza a uma questão de ordem técnica estaria ancorada a um processo de despolitização da desigualdade (DAGNINO, 2006; FERGUSON, 1990). Instituições assim são indubitavelmente importantes para a vida dos moradores do Morro da Luz, mas são comumente vistos como *prestadores de serviço* quase que indiferenciados entre si.

Testemunhei um exemplo dessa indiferenciação quando fui conhecer uma organização que chamarei aqui de Oportunidades⁹. Trata-se de uma instituição evangélica internacional e interdenominacional que reúne jovens dedicados à evangelização missionária em territórios de pobreza ao redor do mundo, dentre eles o Morro da Luz. Eu já tinha ouvido falar do lugar muitas vezes, principalmente por crianças que frequentavam o *projeto* participando de oficinas, o que me fez querer visitá-lo como parte da etnografia. Conversei por telefone com Ryan, um missionário holandês que vivia ali há dois anos, e combinamos que ele me mostraria o lugar e me explicaria seu funcionamento.

Quando cheguei ao local, me surpreendi com sua arquitetura: era uma casa de grandes proporções, cercada por um muro alto que impedia que alguém que estivesse do lado de fora pudesse ver a parte de dentro, trancada com um cadeado no portão de ferro. Aquilo destoava do restante da favela, marcada pelas pequenas casas de tijolos expostos, em geral construídas muito próximas umas das outras. Enquanto esperava que alguém viesse abrir o portão, cumprimentei dois homens que estavam ali perto. O primeiro lavava seu carro e o segundo fumava um cigarro. Dentro de alguns minutos, chegou um terceiro homem, que eu chamarei de João, e me perguntou se ali na instituição estavam doando cesta básica. Respondi que eu não sabia, que aquela era a primeira vez eu que ia ali, e que ele poderia perguntar para o pessoal que me receberia. Batemos no portão mais uma vez.

João contou que estava há dois meses desempregado, que moravam no barraco ele, a mulher e a filha, e que ele era o único em casa que tinha uma fonte de renda. Disse que tinha conseguido um emprego, que começaria ainda naquela semana, mas que não seria possível que eles ficassem sem dinheiro por um mês até que ele recebesse o primeiro salário porque a comida que tinham na despensa já estava acabando. Perguntei, então, se ele não poderia conseguir uma cesta básica no CRAS e ele, para minha surpresa, disse que não sabia muito bem o que era CRAS, que nunca tinha “precisado disso” e que nem sabe qual seria o CRAS que o atenderia. Eu disse a ele para procurar saber, que poderia ser que, caso não houvesse cestas básicas, eles oferecessem suporte de alguma outra maneira.

Falei também que acreditava que no Centro de Saúde ao qual ele está referenciado os profissionais provavelmente saberiam informar a qual CRAS o lugar onde ele mora corresponde. João respondeu, me surpreendendo uma vez mais, que também nunca foi em nenhuma unidade básica de saúde, mas afirmou saber que a mulher e a filha são registradas em algum dos centros de saúde da favela. Nesse momento, o moço do cigarro comentou que existe uma outra instituição na Luz, de cunho religioso espírita kardecista, que distribui cestas básicas uma vez por semana, em um dia e horário fixos. João nos agradeceu e disse que “daria um jeito”.

Essa cena, por mais trivial que fosse, revelava uma dinâmica importante. João, em sua procura pela cesta básica, circulava pelos diversos espaços em que poderia consegui-la. Quando o outro homem sugere que ele procure uma instituição espírita, não está em jogo uma diferença religiosa, dogmática ou moral. Pouco importava se a cesta básica viria da organização evangélica missionária internacional, de uma instituição filantrópica espírita, ou de um aparelho estatal como o CRAS. Existiam ali indícios do que eu venho chamando de *efeito de prestador de serviço* ou *efeito de projeto* (BERALDO, 2020): aquela organização compunha um leque de possibilidades, relativamente indiferenciadas na perspectiva de quem as acessa, de obtenção de recursos. Situações semelhantes me foram relatadas por uma diversidade de interlocutores durante meu trabalho de campo.

2.2 O pobre como perigoso e a política antiócio

Com 40 anos de idade, negro de pele clara e jeito de esportista Caio é morador do Morro da Luz desde que nasceu. Hoje em dia, ele é formado e pós-graduado em Educação Física, e se tornou professor da escola do Morro da Luz que foi uma das minhas formas de acesso a campo. Na entrevista que me concedeu, Caio rememora sua criação dentro dos preceitos católicos ao mesmo tempo em que destaca a centralidade que um *projeto* espírita kardecista (que chamarei aqui de Acolhimento¹⁰) teve em sua vida.

Eu estudei dentro da Luz, e simultaneamente, ou seja, no contraturno, eu frequentava esse Acolhimento, então, assim, era uma escola de reforço que foi um local que realmente nos acolheu, meus irmãos e eu, era onde a gente se sentia em casa. Às vezes, por exemplo, faltava dinheiro, porque tinha uma mensalidade (era pequena, mas era contribuição mínima) e às vezes a gente não ia, teve uma ocasião mesmo que a professora ela pagou essa mensalidade, ela pagou pra gente continuar a frequentar, então a situação naquela época era essa, era escola e escola de reforço. (Entrevista com Caio, professor da escola e morador, abril de 2018).

Caio segue seu relato, segundo o qual o principal feito do Acolhimento parece ter sido o de manter a ele e a seus irmãos sempre ocupados:

Então esse projeto ajudou muito, nesse período era um período de muita, além da estrutura, a questão financeira do local era precária, então assim... eu, por exemplo, se não fosse o projeto aqui eu ia ficar em casa, ia ter aquele ditado “em mente vazia, oficina do capeta”. (Entrevista com Caio, professor da escola e morador, abril de 2018).

Na narrativa de Caio, o *projeto* aparece como algo que preenchia seus dias, fazia com que ele se engajasse mais na própria educação e, principalmente, se afastasse das “tentações” que o cercavam. A

entrevista continua e Caio conta que mudou de escola, deixou de frequentar o Acolhimento, mas se inseriu em outro *projeto*:

E depois, com o passar do tempo, passei pro Colégio Drummond¹¹ que era a única escola que tinha 5º ano, fundamental 2 né? (...) comecei a estudar no Drummond e de lá do Drummond também teve outro projeto que me acolheu, foi o Projeto Inclusão¹², onde eu ia praticar esporte. [Esse projeto é qual, quem faz?] Esse projeto era projeto da prefeitura mesmo, Projeto Inclusão. (Entrevista com Caio, professor da escola e morador, abril de 2018).

Nesse momento, a estagiária de Educação Física, Fátima, uma jovem branca que também vive na Luz e que estava na sala conosco durante a entrevista, complementou dizendo que participar de *projetos* a ajudou em muitos momentos de sua vida, principalmente em seu percurso educacional. Em consonância com o relato de Caio, Fátima comenta que quando criança e adolescente frequentou um *projeto* católico e uma ONG de envergadura nacional sem cunho religioso – “todo projeto que tinha eu participava”, disse. Sua inserção nesses espaços fazia com que ela sempre tivesse o que fazer. Alguns de seus primos, por outro lado, tinham muito tempo livre, o que, na lógica desenvolvida por Fátima, abriu margem para que eles acabassem se inserindo nas dinâmicas criminais locais.

Os discursos de Fátima e Caio dialogam com uma linha da literatura sobre juventude no Brasil que tem destaque como, especialmente a partir da década de 1990, ganha força uma concepção que associa o ócio do jovem pobre à possibilidade de “desvio”, tornando o tempo livre desse estrato populacional um “problema” a ser combatido por iniciativas públicas e privadas (CECARELLI; SALLES, 2016; SPOSITO, 2003; SPOSITO; CORROCHANO, 2005): é o que Caio sintetiza ao empregar o ditado “mente vazia, oficina do capeta”. Especialmente os jovens pobres passam a ser entendidos como uma ameaça em potencial que, nesse raciocínio, deve ser neutralizada por meio de um foco na construção de uma civilidade e de uma moral que a esse grupo faltaria (MOTTA, 2019).

O temor do ócio dos jovens se associa a um processo de transformação do conflito urbano brasileiro (FELTRAN, 2010; MACHADO DA SILVA, 1993, 2008; MOTTA, 2019), que, desde o fim da ditadura militar, “teve seu cerne radicalmente deslocado do problema da integração das classes trabalhadoras das periferias urbanas para a questão da violência que emanaria desses espaços” (MOTTA, 2017, p. 17). As *margens* (DAS; POOLE, 2004) – e a juventude que nelas reside – tornam-se, então, objeto primordial da atuação das forças de segurança estatais, configurando-se como territórios de violência e controle policial (DAICH; PITA; SIRIMARCO, 2007). E o fenômeno extrapola, em muito, o âmbito da Segurança Pública propriamente dita: a criminalidade e a violência criminal passam a integrar o rol de justificativas das mais variadas atuações estatais e extras estatais em territórios periféricos: de iniciativas de

promoção de lazer a organizações de estímulo à prática esportiva, passando por instituições de apoio à escolarização ou à capacitação profissional.

Se, do ponto de vista de quem oferece muitas das iniciativas atuantes nas favelas e bairros empobrecidos, a ocupação do tempo do jovem periférico acaba, muitas vezes, por ocupar lugar de maior centralidade do que o conteúdo mesmo dessas iniciativas; do ponto de vista de quem as acessa, as muitas entidades acabam por se confundir umas com as outras. Em um contexto caracterizado não somente por uma pobreza material, mas também por uma *pobreza de direitos* (FISCHER, 2008), como é o das margens brasileiras, sujeitos investem em entrelaçamentos de si mesmos com uma miríade de *prestadores de serviços* em busca por recursos.

Uma dinâmica semelhante é descrita por Deborah Fromm (2017) em sua pesquisa sobre a Cracolândia, em São Paulo. A autora afirma que os usuários de crack que frequentam o “fluxo” circulam por múltiplas instituições e atores ali atuantes, incluindo uma gama tão diversa quanto os organismos estatais que oferecem tratamentos de saúde, as iniciativas evangélicas que prometem a “salvação” de suas almas, os coletivos sociais que fornecem comida e os membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) que vendem a droga e mediam os conflitos locais. Cada um destes atores impõe aos usuários modos determinados de conduta e os sujeitos, nesse cenário, criam formas de transitar por todos eles a fim de obter determinados bens e serviços.

Tanto o trabalho de Fromm quanto o meu remetem a um outro, já clássico: o de Maria Filomena Gregori (2000) sobre os “meninos de rua” de São Paulo. Gregori ressalta o vínculo, sempre provisório, que esses meninos estabelecem com variadas instituições como modo de sobreviverem e “se virarem” na situação adversa em que se encontram. Essas crianças e adolescentes criam laços com instituições, que muitas vezes não se comunicam, e que atuam em distintos aspectos de suas vidas: da alimentação ao abrigo à repressão à educação. Com as relações familiares embora nem sempre rompidas, mas muitas vezes fragilizadas, os sujeitos criam outros tipos de afeto e acionam outras formas de acessarem recursos básicos. É através da habilidade de circulação em muitos meios – a “viração” – que os “meninos de rua” sobrevivem. O que acontece, então, defende a autora, é que essas relações instáveis são estratégicas para a obtenção de recursos e para o acesso a bens e serviços, mas representam também uma negociação simbólica entre os objetivos desses “meninos” e as representações que cada uma das instituições tem deles (enquanto “carentes”, afastados de Deus, perigosos etc.).

É claro que as realidades dos “meninos de rua” dos anos 1990 de que trata Gregori ou dos usuários de crack da Cracolândia entre 2011 e 2015 de que trata Fromm compõem populações com

cotidianos muito distintos dos vivenciados pelos moradores do Morro da Luz. Ainda assim, uma semelhança parece atravessar os três grupos: a necessidade de se sobreviver na adversidade (HIRATA, 2010). Em contextos, portanto, em que importantes bens e serviços não são garantidos *a priori* enquanto direitos, múltiplos são os agentes que buscam ofertá-los. Longe de encararem passivamente a situação, os sujeitos circulam pelas variadas tramas institucionais em que estão enredados, em uma perene negociação material, mas também simbólica, de si mesmos. E essa circulação não necessariamente causa estranhamento ou conflitos.

Não existia para Caio nenhuma contradição inerente ao fato de ser católico e participar de um *projeto* espírita, por exemplo. Na perspectiva dele e de sua família, o que importava era o acesso às aulas de reforço em um primeiro momento, e às práticas esportivas em um segundo, e ao fato de ambas constituírem formas de ocupação de seu tempo e, nesse raciocínio, conseqüente redução da probabilidade que ele teria de se envolver com uso ou venda de drogas. Sendo assim, não importava – assim como tampouco parecia importar para João em sua busca pela cesta básica na porta da Oportunidades – através de que atores ou instituições Caio e seus irmãos conseguiriam acessar os serviços que acessavam: o que importava era o acesso em si mesmo.

Assim como Caio, muitos moradores da Luz têm suas histórias de vida entrelaçadas a *projetos*, que podem ser espíritas, católicos ou evangélicos, que podem ser desenvolvidos por empresas, ONGs, prefeitura ou governo do estado. De uma maneira ou de outra, a ideia nebulosa, mas sempre presente, de *projeto* parece ser grandemente compartilhada por quem vive na favela. A etnografia no Morro da Luz me mostrou que há algumas características de atuação na comunidade que contribuem para que determinado organismo seja interpretado como um *projeto* ou como algo mais significativo, que *faz a diferença*.

2.3 A hierarquização entre quem oferece e quem obtém recursos

Voltemos à minha visita ao Oportunidades (a instituição evangélica em frente da qual o João buscava obter uma cesta básica). Depois de um considerável tempo de espera, Ryan finalmente abriu o portão. Loiro, alto e de pele muito branca, o holandês falava com um sotaque acentuado e muitas vezes lhe faltava vocabulário em português para se expressar. Isso não nos impediu de travarmos uma longa e, para mim, esclarecedora, conversa. Ele me descreveu, pacientemente, como funciona a instituição. Ali eram ofertadas diversas atividades para a população do Morro da Luz, com foco nas crianças: natação,

futebol, artes manuais, histórias bíblicas, circo, música e inglês. Havia também aulas de hidroginástica para mulheres, cultos religiosos, e “estímulo à leitura”. Ryan me contou que, naquele momento, eram 10 os religiosos trabalhando ali: 6 brasileiros e 4 “de fora”. Uma das estrangeiras é sua esposa, Susie, uma jovem estadunidense.

De forma esquemática, Ryan me explicou também que o Oportunidades atua com duas perspectivas: a espiritual, que envolve “conhecer Jesus e torná-lo conhecido”, e uma mais prática e cotidiana, que visa intervir na vida daquelas pessoas por meio de ações concretas – “só Jesus não enche barriga”, justificou. O missionário contou que ele e seus colegas buscam trabalhar “com amor”, e que partem do pressuposto de que Deus ama a todos e deu a todos dons e capacidades. Infelizmente, me diz, a situação de pobreza do Morro da Luz e os hábitos naquele local amplamente difundidos e tidos como normais (como o uso de drogas e álcool, promiscuidade, sexo na adolescência etc.) muitas vezes impediriam que aquelas pessoas descobrissem os dons a elas concedidos por Deus. Nesse raciocínio, a missão dos religiosos seria auxiliar que as pessoas se desvinculem dos percalços que encontram em suas vidas, consigam identificar suas capacidades e potencialidades, e possam desenvolvê-las ao máximo.

Na narrativa de Ryan, é patente a separação que é a todo momento colocada entre os “obreiros” e os moradores do Morro da Luz. Ele destaca, enfaticamente, a atenção constante empregada pelos missionários a fim de evitarem que os moradores “abusem” deles por serem gringos e cristãos. Nesse mesmo sentido, Ryan afirma que muitas vezes as pessoas “têm preguiça”, estão acomodadas com a “bolsa da família” (bolsa-família), e que veem neles uma oportunidade de consertar suas casas ou ganhar uma ajuda sem precisarem se esforçar. Os missionários, porém, não querem “criar dependência” na população. Ryan ressalta ainda que Deus ama a todos, mas que “não é para ficar parado”, mas sim “para usar o dom que Ele deu para cada um” como forma de auxiliar a si mesmo, às respectivas famílias e aos “outros”, assim como eles – os missionários – o fazem.

Nem mesmo com as igrejas locais parece haver uma proximidade dos membros do Oportunidades. Apesar da grande presença de templos evangélicos na favela, Ryan e Susie frequentam uma igreja que fica no *asfalto*, a 10 minutos de carro de onde vivem. Os outros “obreiros” também buscam se associar a igrejas de fora, o que é justificado, no discurso de Ryan, pela divergência que existiria entre a forma com que a organização estrangeira vivencia o evangelismo e as formas com que o evangelismo é concretizado pelos moradores da favela. As muitas igrejas espalhadas pela Luz “a cada 50 metros”, afirmou o holandês, são “muito barulhentas” e, embora todas acreditem no mesmo Deus também adorado pelos missionários, o “uso da fé” feito pelas congregações locais seria, para Ryan, extremamente diferente.

Ele exemplifica essa diferença comentando, com um tom de ironia na voz, que nunca leu na bíblia a passagem que afirma que é preciso “pagar para ser salvo”.

Ryan conta, também, que fica preocupado com a “expulsão de demônios” feita de forma “inadequada” pelos pastores de algumas igrejas da Luz. Os rituais de embate com o diabo, me diz, são conduzidos como “shows”, sem maiores preocupações com o sujeito do qual o demônio estaria sendo expulso. Seria importante garantir, afirma, que o Espírito Santo ocupe o lugar onde antes estava atuando o “mal” que fora derrotado (o diabo), o que, segundo Ryan, não costuma acontecer nos cultos do Morro. Ele prossegue sua fala e destaca, reiteradamente, o aspecto “desorganizado” ou “solto” que caracterizaria a atuação evangélica na comunidade. Para montar uma igreja na favela, afirma, basta “arrumar uma casa, colocar 20 cadeiras e um som alto”. No raciocínio de Ryan – e, aparentemente, da instituição em que ele atua como um todo – a facilidade com que se constroem igrejas novas na Luz acarretaria uma desordem perigosa, um florescimento de possibilidades de exploração de “crentes” e conduções espirituais irresponsáveis. Ryan, aparentemente preocupado com a possibilidade de uma vez mais soar como se estivesse julgando os religiosos locais, frisa que ninguém é perfeito e que “todo mundo faz pecado”.

Havia, portanto, um abismo entre a Oportunidades e a população local. A hierarquia entre uns que *dão* educação, atividades, civilidade, moral, e outros que, se merecerem, apenas *recebem* tudo isso é uma característica importante do fenômeno do *efeito de projeto*.

3 O QUE FAZ A DIFERENÇA

3.1 Para além dos serviços

Soraia, já mencionada anteriormente neste texto, conta de uma experiência que teve quando criança de participação em um *projeto* em que aprendia a fazer artesanato. Ela me diz que gostava de estar naquele ambiente, que era uma atividade prazerosa, mas ressalta, também, que aquilo teve um impacto muito pouco significativo em sua trajetória de vida. Soraia destaca que ela aprendeu não se converteu em uma habilidade de trabalho, nem mudou a perspectiva que ela tinha sobre si mesma ou sobre a Luz, tampouco ampliou seus “sonhos” e ambições. Aquela iniciativa, afirma Soraia, era apenas uma, dentre muitas, que se limitava a “ocupar o tempo da juventude”.

Quando perguntada, Soraia sequer soube responder se a instituição responsável por essas oficinas era estatal, de origem religiosa, ou de qualquer outra natureza. Em sua experiência, as atividades

às quais teve acesso poderiam ter sido ofertadas por qualquer grupo sem que isso afetasse o significado que aquela vivência teve para ela. Aquele era um dentre muitos *projetos* presentes no bairro em que cresceu. Muito diferente disso, afirma, foram dois grupos que ela integrou já adulta, com aproximadamente 20 anos de idade: um coletivo que promovia atividades no ramo da comunicação e uma ONG, na qual passou a trabalhar, cujas ações eram pautadas em atividades de audiovisual e fotografia. Aquilo fez sentido para ela, me diz Soraia, porque ela passou a enxergar para si uma outra perspectiva de futuro.

A própria Soraia já esteve na outra ponta da relação entre quem oferta e quem acessa recursos: ela trabalhou, por muito tempo, no Fica Vivo! no Morro da Luz. O Fica Vivo! é um programa do governo de Minas Gerais que visa reduzir os homicídios nas áreas mais conflituosas do estado. A política se apoia em dois eixos: O Grupo de Intervenção Estratégica, composto pela Polícia Militar, a Polícia Civil, o Ministério Público e juizes, que deve investigar e prender os principais líderes do tráfico de drogas das comunidades; e o Grupo de Proteção Social, composto por profissionais de formação em Ciências Humanas e “oficineiros”, que tem como objetivo oferecer possibilidades aos jovens fora do tráfico e facilitar a resolução de conflitos através do diálogo, e não da violência (BEATO; SILVEIRA, 2014). Soraia atuou como “oficineira”, fazendo uso das habilidades adquiridas nos grupos de sua juventude: ela ministrava oficinas de fotografia, audiovisual e comunicação.

Quando lhe perguntei se ela acreditava que iniciativas como o Fica Vivo! tem impacto na juventude da favela, ela respondeu que pode ter, mas que nem sempre é esse o caso. Tudo depende de como a política é aplicada no nível da rua (LIPSKY, 1980), do tipo de condução das atividades e da abertura dos gestores para uma reflexão crítica que vá além da resposta imediata a determinado problema e do combate ao ócio do jovem pobre.

O próprio Fica Vivo!, onde eu trabalhei durante muitos anos, você traz demandas, “vamos fazer um seminário para a gente começar a discutir sistematicamente a questão da violência”, como questão da formação, outras formas de educar. (...) [Mas a ideia que se tem é que] Participe da oficina para ocupar o tempo. Prevenção pensada numa forma de ocupar o tempo e os meninos se envolvem nas atividades duas vezes na semana. Estou dando exemplos. E os outros dias? (Entrevista com Soraia, moradora do Morro da Luz, maio de 2019).

Se, por um lado, o foco na ocupação do tempo da juventude de favela pode reduzir o potencial transformador da política, uma outra forma de condução da mesma iniciativa pode ter a capacidade de provocar efeitos mais profundos nos sujeitos que dela participam.

Nas várias ocasiões em que caminhei pela Luz ao lado de Soraia, percebi que muitos dos jovens que a cumprimentavam tinham sido seus educandos. Conheci alguns deles ao longo da pesquisa e me chamou a atenção o fato de que uma parcela significativa daqueles que haviam frequentado as oficinas

de Soraia no Fica Vivo! deles havia traçado caminhos de intervenção no próprio bairro a partir das oficinas ministradas por Soraia. Um deles, Thiago, estava fotografando festas de aniversário de crianças na comunidade e recebendo por isso. Outra, Camila, havia se inserido em um grupo de promoção de cultura da favela. Uma terceira havia se juntado à própria Soraia na construção de um documentário sobre as mulheres mais velhas do Morro da Luz.

Em consonância com isso, Soraia sustenta que programas como o Fica Vivo! podem ter – a depender de como são colocados em prática, de quem são as pessoas que atuam na “ponta”, do nível de abertura que os dirigentes têm em acatar propostas diversas etc. – efeitos importantes na comunidade, especialmente no que diz respeito a uma transformação nas relações que a juventude tem com a favela.

Então você acaba percebendo como que essas atividades repercutem. Uma coisa que ainda não dá pra mensurar, mas que quem mora consegue perceber, é que muitos dos jovens, nessa faixa etária, entre 18 até hoje uns 25, 26 anos [...], passaram a se engajar na comunidade. (...) Eles passaram a se engajar, conhecer, intervir na comunidade em função desse acesso e circulação que as oficinas proporcionavam. Então é assim, o foco delas a gente não pode perder de vista, que é o de prevenção à criminalidade, no entanto a gente tem que pensar para além de prevenir o contato da juventude com a criminalidade, essas atividades proporcionam, dependendo do grau de formação, do grau de criticidade, do grau de repercussão do educador que está ali mediando, um outro olhar da juventude sobre aquele lugar. [...] As atividades em si, se elas têm isso como propósito, elas podem também provocar esse engajamento, esse comprometimento, essa atuação política, coletiva, comunitária de jovens nesses territórios. (Entrevista com Soraia, moradora do Morro da Luz, maio de 2019).

O que Soraia revela é que a partir de algumas ações, pode ser estimulado um engajamento dos moradores com o próprio bairro, e um olhar, afinal, mais politizado sobre a favela. Há, no Morro da Luz, uma iniciativa que parece ir nessa mesma direção: um centro cultural autogerido por moradores do bairro, que eu chamarei aqui de Casinha¹³.

3.2 A produção de outra perspectiva de futuro

A Casinha é uma iniciativa que oferece oficinas e atividades artísticas e educacionais a crianças e adolescentes da favela e que foi fundada por Flávio, um morador da Luz que teve sua trajetória de vida profundamente engajada com as mobilizações culturais de Belo Horizonte na última década. Na página da organização no *Facebook*, vejo um vídeo que anuncia o financiamento permanente da Casinha e que solicita doações para que o centro cultural possa continuar funcionando. O vídeo começa com uma imagem dos prédios da cidade, passa para os barracos da favela ao som de uma batida de rap e de barulho de sirene de polícia. É mostrada, então, a faixa do Centro Cultural, pintada de vermelho e com

representações de mulheres negras em grafitti. Em seguida, o filme passa para a parte interna da construção e mostra as diversas oficinas e atividades ofertadas: aulas de dança hip hop, de rap, artesanato, ballet, biblioteca. Tudo começou, explica o vídeo, a partir de uma oficina de rap conduzida por Flávio. A oficina foi adquirindo maiores dimensões, a população começou reunir livros a serem lidos pelos garotos da oficina, e, em pouco tempo, Flávio e alguns amigos decidiram alugar o espaço onde hoje funciona a iniciativa. Lá construíram uma biblioteca e expandiram as atividades ofertadas à comunidade. No vídeo, crianças, adolescentes e adultos dão breves depoimentos sobre suas vivências na Casinha. Ao final, um adolescente conclui: “a favela, o abismo, e o mundo artístico; a Casinha é só a ponte, já guia ‘nóis’ pro lugar que a gente quer ir”.

No início do meu trabalho de campo, fui visitar o Centro Cultural Casinha para me encontrar com Maurício, professor de capoeira e músico, com quem eu já havia conversado brevemente por *Facebook*. Negro de pele clara, com barba grande, e trajando uma camiseta escrita “favela”, Maurício me contou que muitos grupos artísticos se formaram a partir do espaço da Casinha e que vários deles têm passado por um processo de profissionalização. Esses grupos, bem como outros membros da Casinha, são frequentemente chamados para fazer apresentações em eventos, ofertar cursos e dar palestras. Maurício me explica que quando quem convida é “comunidade” (tanto a própria Luz quanto outras favelas), as apresentações e aulas são gratuitas, mas quando quem convida “tem recurso” e “tem estrutura”, as atividades são pagas: a ideia é que a arte realmente se torne uma oportunidade de autossustentação para aqueles jovens, ressaltou.

A partir do meu encontro com Maurício, passei a acompanhar mais de perto as ações de grupo e de participantes do coletivo mais individualmente. Comecei a “seguir” Maurício, Flávio, e membros mais jovens da Casinha nas redes sociais e a acompanhar notícias sobre o grupo na mídia. Em pouco tempo, vi como o Centro Cultural cresceu, angariou verba, e se popularizou. O espaço físico onde funciona a Casinha passou por uma grande reforma com recursos de uma campanha de financiamento coletivo pela internet. Hoje em dia, além das oficinas ofertadas às crianças e aos adolescentes do Morro da Luz, a Casinha abrange uma marca de roupas e um grupo de dança especializado em *funk*. O coletivo passou a compor mais integralmente o cenário cultural da cidade.

A narrativa de Maurício e o material publicado nas redes sociais sobre a Casinha me fizeram notar algumas diferenças o Centro Cultural e outros *projetos* que conheci ao longo da etnografia. A diferença não estava exatamente no público atingido (crianças e adolescentes favelados), nem nas atividades ofertadas (rap, línguas estrangeiras, variados estilos de dança etc.). O que parecia fazer a

Casinha divergir de outras organizações atuantes na Luz era a concepção da função que o Centro Cultural tem no território e a forma concreta com que ele é gerido.

3.3 O empreendedorismo favelado

Diferentemente do que acontecia no Oportunidades, e diferentemente também do que Caio, Fátima e Soraia viveram nos *projetos* que frequentaram quando crianças, a Casinha se pauta na valorização simbólica e material da experiência favelada: objetiva-se, por um lado, que as habilidades adquiridas naquele espaço possam ser revertidas em ganhos monetários e, por outro, que tome forma nas vidas dos participantes um processo de ressignificação da vida na favela, da identidade negra e do pertencimento às classes populares urbanas. Para além de duas frentes separadas, o aspecto monetário e o aspecto relativo àquilo que é nativamente conhecido como *autoestima* do favelado se retroalimentam e convergem no fenômeno do *empreendedorismo favelado*.

O ideário empreendedor de uma maneira geral, argumenta Jacob Lima (2010), acompanha processos de flexibilização e individualização do trabalho que vem acontecendo nas últimas décadas, e atravessa todas as classes sociais. A valorização do trabalho autônomo empreendedor (e, muitas vezes, informal) atribui um caráter positivo ao trabalho pouco regulamentado e o associa a características pessoais subjetivas como criatividade, ambição, força de vontade e predisposição ao risco. Esse discurso parece perpassar experiências de moradores da Luz que, em tentativas de angariar renda e, com importante frequência, se adaptam ao desemprego, se engajam na venda de produtos por eles mesmos fabricados (como panos de prato, toalhas de mesa, ímãs de geladeira, bolos, doces ou salgadinhos) ou que, também, imbuídos pela ideia de serem “patrões de si mesmos”, buscam montar comércios, não raramente dentro da própria favela. Muitas vezes, esses sujeitos se definem ou são definidos externamente como *microempreendedores* (DE TOMMASI; VELAZCO, 2013).

Não é exatamente disso que estou tratando aqui. A Casinha, ainda que reproduza alguns discursos neoliberais, deles se afasta porque forja uma conversão de uma identidade que historicamente estava relacionada a processos de marginalização – a da negritude e da pobreza urbana – em uma espécie de produto mercantilizado em si mesma. Ou seja, não são apenas jovens negros e pobres que empreendem, mas jovens negros e pobres que empreendem por meio de suas identificações enquanto jovens negros e pobres, em uma busca pela valorização desses pertencimentos identitários. É o que Sílvia Ramos (2007, p. 1306) chama de “contraoperação de criação de estereótipos”.

Dessa forma, camisetas, bolsas e bonés com cenários de favela, ilustrações de barracos, fotografias de sujeitos negros em que a negritude é ela mesma o cerne das imagens (o cabelo “black”, o símbolo do punho levantado em alusão às “black panthers” estadunidenses”, etc.), o debate sobre a vida “nas margens” e a própria experiência material e subjetiva de ser favelado tornam-se produtos a ser vendidos; o *funk*, o rap e o hip hop, tornam-se a materialização da “cultura favelada” a ser divulgada, midiaticizada e comprada.

4 UMA COMPREENSÃO ANALÍTICA DO QUE FOI VISTO

Se tomamos a Casinha e a oficina que Soraia promovia no Fica Vivo! como exemplos de iniciativas que *fazem a diferença*, e se tomamos o Oportunidades e as instituições em que Caio, Fátima e Soraia faziam suas atividades quando crianças como exemplos de *projetos*, podemos esquematizar alguns eixos centrais que fazem com que determinadas iniciativas sejam percebidas pelo público como mais próximas a uma ou a outra categoria. Importam, nesse sentido, fatores como a natureza da relação estabelecida entre quem oferta e quem acessa os serviços, a imagem que se tem do público-alvo das ações, onde repousa a justificativa para a existência daquela proposta, se há ou não efeitos na capacidade dos participantes em obter renda, a duração dos impactos das atuações nas vidas dos indivíduos, os contornos das iniciativas e suas inserções em dinâmicas sociopolíticas mais amplas. Para fins de análise, esquematizo alguns desses elementos na tabela a seguir.

Tabela 1 – Representação esquemática dos eixos que compõem a classificação nativa entre as iniciativas entendidas como projetos e as iniciativas entendidas como algo que faz a diferença.

Eixos	Projeto	Faz a diferença
Relação entre quem oferta e quem acessa os serviços	Separação hierárquica entre a organização/instituição/organismo e seu público-alvo	Maior horizontalidade entre organização/instituição/organismo e seu público-alvo
Representação que se tem do público-alvo	População como receptora da ação	População como partícipe
Justificativa da atuação	Foco na “correção” de carências locais e/ou combate ao ócio da juventude potencialmente perigosa	Foco na aquisição de habilidades laborais e/ou conhecimentos que façam sentido para o grupo
Impactos na renda dos participantes	Pouca preocupação com o retorno financeiro para os participantes	Construção de formas de obtenção de renda para os envolvidos
Duração dos efeitos da atuação ao longo do tempo	Impactos imediatos de acesso a determinados bens, serviços e recursos	Impactos mais duradouros, com potencial melhoria da autoestima e com possível ampliação das perspectivas de futuro dos

		participantes
Caráter e abrangência da iniciativa	Trabalho despolitizado e centrado no indivíduo	Intervenção de caráter politizado e coletivista, trabalha a relação entre o sujeito e o bairro

Fonte: elaboração própria

5 CONCLUSÃO

As periferias são caracterizadas pela presença de uma variedade de instituições: órgãos estatais de cuidado da saúde ou de assistência social, organismos filantrópicos, ONGs, igrejas e centros culturais são alguns dos muitos atores que compõem a paisagem dos territórios de pobreza urbana do país e incidem sobre as vidas cotidianas de seus moradores. Em um cenário de acúmulo de desvantagens, sujeitos circulam por essa miríade de organismos na busca pelo acesso a recursos, bens e serviços que lhes são negados enquanto direitos. Nesse processo, moradores de periferia constroem interpretações e atribuem *significados* aos espaços pelos quais transitam.

Partindo do caso empírico da favela do Morro da Luz, em Belo Horizonte, o trabalho etnográfico apresentado neste artigo mostra como, do ponto de vista da população pobre das grandes cidades, mais relevante do que a diferenciação entre o que é estatal e o que é extraestatal, é a compreensão da diversidade de *efeitos* que as múltiplas instituições atuantes na favela ocasionam nos sujeitos que com elas se relacionam. Com base na análise desses efeitos, algumas iniciativas são nativamente classificadas como *projetos*, entendidos como meios quase que indiferenciados de puro e simples acesso a recursos, enquanto outras são compreendidas como algo que *faz a diferença*, ou seja, como algo que tem um impacto mais profundo nas trajetórias de quem com ele se envolve.

A distinção entre essas duas possibilidades interpretativas não reside, necessariamente, no tipo de serviço ofertado (a prática esportiva, o reforço escolar, as aulas de dança, as oficinas de capoeira, a entrega de cestas básicas etc.), mas antes na natureza da relação estabelecida entre quem provê esses serviços e quem os acessa. O trabalho de campo no Morro da Luz revelou alguns critérios que, em conjunto, contribuem para a classificação de certas atuações como *projetos*. Ações que se preocupam primordialmente em ocupar o tempo dos pobres urbanos, em especial dos jovens – que, nessa perspectiva, estão sempre prestes a entrarem no *mundo do crime* e representam, portanto, uma potencial ameaça à sociedade –; que se sustentam em uma visão hierarquizada entre, por um lado, aqueles entendidos como detentores de bens materiais, saberes, moralidade e civilidade, e, por outro, aqueles tidos

como desprovidos de tudo isso; e que trabalham em um nível centrado no indivíduo, e não no coletivo, costumam gerar o *efeito de projeto*.

Já as iniciativas que partem de uma maior horizontalidade entre os que promovem e os que usufruem dos serviços; que veem a população como partícipe e não meramente como clientela ou objeto de atuação; que se preocupam com a aquisição de habilidades que poderão ser revertidas em formas de obtenção de renda; que têm como foco o sentido daquela atividade para aquele grupo; que têm o bairro e o coletivo como cerne de suas ações; e que investem esforços na construção de representações positivas da identidade favelada e da negritude costumam ser entendidas como organizações que *fazem a diferença*.

Trata-se, em última instância, de uma questão de politização (ou despolitização) da desigualdade (DAGNINO, 2006; FERGUSON, 1990). A horizontalidade, o retorno financeiro e a promoção de outros olhares sobre si mesmo, sobre o bairro e sobre o pertencimento racial e social de cada um tem um efeito mais profundo e duradouro porque impacta na *autoestima* e nas perspectivas de futuro dos sujeitos. A hierarquização, a perspectiva individualizante, a ausência de preocupação financeira e de crítica às desigualdades raciais e de classe geram impactos cuja duração no tempo e cuja profundidade na própria subjetividade do participante são significativamente limitadas.

É claro que, na empiria, todas as atuações presentes no Morro da Luz e nos territórios de periferia de maneira geral são muito mais dinâmicas, instáveis e complexas do que a mera classificação binária entre o que é indiferenciadamente entendido como *projeto* e o que é significado como algo que *faz a diferença*. Existe um *continuum* entre os dois polos e uma mesma instituição pode ora se aproximar mais de uma ou de outra categoria. Ainda assim, a compreensão dessas classificações realizadas nativa e situacionalmente pelos moradores da comunidade nos fornece pistas importantes para pensarmos a proposição de políticas públicas que visem provocar efeitos que transcendam o puro suprimento de demandas pontuais e que se convertam, afinal, na promoção de *cidadania*. A politização não deve ser entendida como algo a se evitar. Pelo contrário, o que este artigo revela é que a politização das atuações nas margens urbanas é um elemento central para a construção de iniciativas menos frágeis e mais duradouras.

REFERÊNCIAS

BEATO, Claudio; SILVEIRA, Andréa Maria. Efetividade e avaliação em programas de prevenção ao crime em Minas Gerais. **Instituto Igarapé - Artigo Estratégico**, 2014.

BERALDO, Ana. **Negociando a vida e a morte**: estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte. Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, 2020.

CECARELLI, Michele Cristina.; SALLES, Leila Maria. Políticas públicas para a juventude: algumas considerações. **Imagens da Educação**, v. 6, n. 3, p. 23, 2016.

DAGNINO, Evangelina. Meaning of citizenship in Latin America. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 31, n. 62, p. 15–52, 2006.

DAICH, Deborah; PITA, María Victoria; SIRIMARCO, Mariana. Configuración de territorios de violencia y control policial: corporalidades, emociones y relaciones sociales. **Cuadernos de Antropología Social**, v. 2007, n. 25, p. 71–88, 2007.

DAS, Veena.; POOLE, Deborah. State and Its Margins: Comparative Ethnographies. *In*: DAS, V.; POOLE, D. (eds.). **Anthropology in the Margins of the State**. New Delhi: Oxford University Press, 2004. p. 3–33.

DE TOMMASI, Livia.; VELAZCO, Dafne. Produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 0, n. 56, p. 15, 30 jun. 2013.

FELTRAN, Gabriel. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, n. 79, p. 201–233, 2010.

FERGUSON, James. **The anti-politics machine**: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights**: citizenship and inequality in twentieth-century Rio de Janeiro. Stanford: Stanford University Press, 2008.

FROMM, Deborah. **O “fim da Cracolândia”**: etnografia de uma aporia urbana. [s. /.] Universidade Estadual de Campinas, 2017.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração**: experiências de meninos de rua. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HANSEN, Thomas.; STEPPUTAT, Finn. States of imagination : ethnographic explorations of the postcolonial state. **Contemporary Sociology**, 2001.

HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na Adversidade: Entre o Mercado e a Vida. p. 1–367, 2010.

HOLSTON, James. The Misrule of Law: Land and Usurpation in Brazil. **Comparative Studies in Society and History**, v. 33, n. 4, p. 695–725, 1991.

HOLSTON, James. **Insurgent Citizenship: Disjunctions of democracy and modernity in Brazil**. Princeton: Princeton University Press, v. 46, 2008.

LIMA, Jacob Carlos. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Sociologias**, v. 12, n. 25, p. 158–198, dez. 2010.

LIPSKY, Michael. **Street Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services**. New York: Russel Sage Foundation, 1980.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Violência urbana: representação de uma ordem social. *In*: NASCIMENTO, E.; BARREIRA, I. (eds.). **Brasil Urbano: cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**, v. 47, n. 1999, p. 11–40, 2003.

MOTTA, Luana. **Fazer estado, produzir ordem: sobre projetos e práticas na gestão do conflito urbano em favelas cariocas**. Tese de doutorado. [S. l.]: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2017.

MOTTA, Luana. O fracasso das práticas estatais como sua justificativa: Projetos de Policiais-Professores na Cidade de Deus. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 1, p. 171, 2019.

RAMOS, Silvia. Respostas brasileiras à violência e novas mediações: o caso do Grupo Cultural AfroReggae e a experiência do projeto Juventude e Polícia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. Sup, p. 1303–1311, 2007.

SPOSITO, Marília. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: [s. n.].

SPOSITO, Marília; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, v. 17, n. 2, p. 141–172, 2005.

Notas

¹ A pesquisa obteve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que me concedeu a bolsa de doutorado, e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que me concedeu a bolsa de doutorado sanduíche no exterior.

² Nome fictício.

³ Em 2011, iniciei um estágio em uma das escolas do Morro da Luz. Desde então, participei de trabalhos e iniciativas diversas, desde atividades com crianças e adolescentes sobre a vida cotidiana na favela até a produção de material audiovisual sobre a história das mulheres da comunidade. De uma maneira talvez indireta, mas nem por isso desprezível, essa trajetória mais longa informa o presente texto e as análises que aqui desenvolvo.

⁴ As principais redes sociais investigadas foram *Facebook* e *Instagram*.

⁵ “O Centro de Referência de Assistência Social (Cras) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade.” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, [s.d.]).

⁶ Centros de Saúde são os principais lugares de funcionamento do SUS, pois lá se opera a chamada Atenção Básica: “Trata-se do primeiro nível de atenção à saúde, segundo o modelo adotado pelo SUS. É, preferencialmente, a ‘porta de entrada’ do sistema de saúde. A população tem acesso a especialidades básicas, que são: clínica médica (clínica geral), pediatria, obstetrícia e ginecologia. Estudos demonstram que a atenção básica é capaz de resolver cerca de 80% das necessidades e problemas de saúde” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

⁷ Parte das análises feitas neste texto foram primeiramente elaboradas, em uma versão inicial, na minha tese de doutorado (BERALDO, 2020).

⁸ Todos os nomes próprios empregados neste artigo são fictícios.

⁹ Nome fictício.

¹⁰ Nome fictício.

¹¹ Nome fictício.

¹² Nome fictício.

¹³ Nome fictício.